

DECRETO EXECUTIVO Nº. 2.904, DE 29 DE ABRIL DE 2010.

Regulamenta a Lei Municipal Nº. 1.816, de 12 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição em concursos públicos para munícipes desempregados e carentes.

O VICE-PREFEITO, EM EXERCÍCIO DE SANTO AUGUSTO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 49, inciso IV e no art. 55, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de regulamentação da Lei Municipal nº. 1.816, de 12 de dezembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Este decreto regulamenta a forma e condições para os pedidos de isenção de pagamento de taxas de inscrição nos concursos públicos realizados pelo Município de Santo Augusto.

Art. 2º Para a comprovação da condição de desempregado e carente o requerente deverá protocolar pedido na Secretaria de Habitação, Assistência Social e Cidadania instruído com os seguintes documentos:

- I — inscrição no concurso com o pedido de isenção impresso;
- II — cópia da carteira de trabalho que comprove a condição de desempregado;
- III — cópia dos comprovantes de rendimentos do grupo familiar (carteira de trabalho, extrato de benefício previdenciário ou assistencial, contracheque);
- IV — documentos pessoais do grupo familiar tal como CPF, CI, certidão de nascimento, certidão de casamento;
- V — declaração de estado de pobreza firmado pelo declarante e por duas testemunhas;
- VI — comprovante de que é residente e domiciliado no Município de Santo Augusto.

Parágrafo único. Os documentos serão analisados pela Assistente Social do Município e sendo comprovada a condição de desempregado e carente esta emitirá parecer social opinando pela concessão da isenção da taxa de inscrição no concurso público.

Art. 3º Para fins deste Decreto, adotam-se as seguintes definições:

- I — família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam

para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

II — família de baixa renda: sem prejuízo do disposto no inciso I:

a) aquela com renda familiar mensal *per capita* de até $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo; ou

b) a que possua renda familiar mensal de até um salário mínimo;

III — domicílio: o local que serve de moradia à família;

IV — renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos seguintes programas:

a) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;

b) Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;

c) demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios;

V — renda familiar *per capita*: razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO, RS,
EM 29 DE ABRIL DE 2010.

Ageu Gaspar Ozório
Vice-Prefeito, em Exercício

Registre-se e Publique-se

Umberto Luis Roveda Tassi
Secretário Municipal de Finanças